



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Ac. Câmara

REUNIÃO N.º 11/2023 DO MANDATO 2021/2025
REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2023

(02) PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2022

Foi presente para aprovação a prestação de contas consolidadas referente ao ano de 2022, de acordo com as normas previstas na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que define o perímetro de consolidação mais amplo que a anterior Lei das Finanças Locais com indicação dos procedimentos, métodos e documentos contabilísticos que devem estar subjacentes a uma consolidação de contas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a consolidação de contas apresentada e remeter a mesma para a apreciação à Assembleia Municipal nos termos dos artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e suas alterações sucessivas.

07/Junho/2023

Ivone Marinho
Chefe de Divisão

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA
2022**

I - Introdução

Ao longo dos últimos anos assistiu-se à prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas por parte da administração autárquica, impulsionando os municípios através de instrumentos que a lei colocou à disposição, a utilizar estruturas organizacionais distintas das que outrora operavam. O recurso à criação de serviços municipalizados, empresas municipais ou a constituição de PPP's, surgiram para dar resposta à exigência da qualidade da gestão pública local e a uma cada vez maior exigência por parte dos munícipes.

Neste contexto, o surgimento destes modelos organizacionais, de carácter associativo ou empresarial, em que os Municípios participam ou mesmo controlam, conduziram a uma crescente integração e níveis de dependência entre as diversas entidades, tendo-se tornado evidente para uma adequada análise da situação económica e financeira das entidades que compõem a administração local, a necessidade de elaborar uma informação financeira integrada entre as diversas entidades, numa visão global de grupo autárquico, elementar para a tomada de decisões e definições de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Neste enquadramento, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro), prevê a obrigatoriedade de os Municípios, relativamente aos quais se verifique estarem reunidas as condições expressas na lei, elaborarem contas consolidadas, reportadas ao conjunto do grupo municipal, permitindo uma avaliação integrada das atividades desenvolvidas e dos objetivos estabelecidos, com relevo no controlo do défice orçamental.

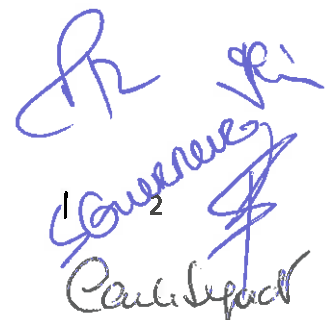
No Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, designadamente no artigo 75.º estabelece quais as entidades, que verificando-se determinados pressupostos, estarão obrigadas à apresentação de contas consolidadas.

Prestação de Contas Consolidada

Nos documentos de prestação de contas consolidados devem constar o Balanço e Demonstração de Resultados consolidado, Mapa de fluxos de caixa consolidado, Demonstração de Alterações do Património Líquido consolidada e Anexo às demonstrações financeiras. As demonstrações orçamentais consolidadas são compostas pela Demonstração do desempenho orçamental consolidada e respetivos anexos.

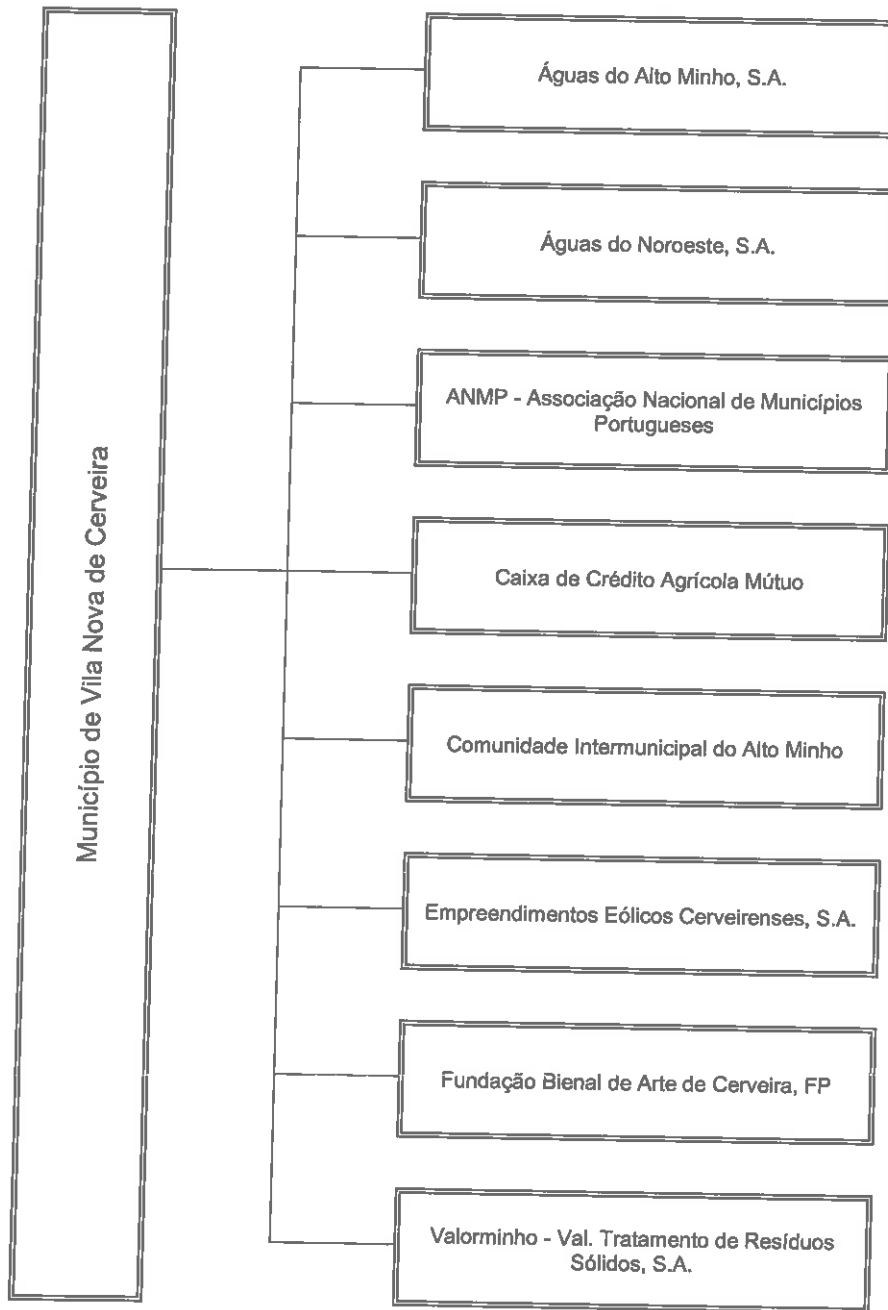
As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal.

Dando assim cumprimento ao estabelecido na lei, e com o intuito de permitir a análise integrada da situação económica e financeira do conjunto de entidades que integram o perímetro de consolidação do Município de Vila Nova de Cerveira, são apresentadas as contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2022, adotando os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP.



Câmara Municipal
Vila Nova de Cerveira

II - Organigrama do Grupo Municipal



III – Perímetro de Consolidação

Uma vez que a consolidação de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e o fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

As regras delimitadoras do perímetro de consolidação, são as que se encontram estabelecidas nos termos dos n.ºs 4 a 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro define um perímetro de consolidação mais amplo, do que a anterior Lei das Finanças Locais, bastando que se verifique a existência ou presunção de controlo das entidades enquadradas no Grupo Municipal, nos termos do artigo atrás referenciado.

Nos termos das regras definidas no dispositivo normativo, a entidade que integra o perímetro de consolidação, é a seguinte:



IV – Processo de Consolidação de Contas

1.1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo municipal.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.

Em termos contabilísticos as contas consolidadas são preparadas utilizando políticas contabilísticas uniformes.

Os procedimentos de consolidação utilizados são os preconizados no ponto 5 – Requisitos contabilísticos da NPC 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, nomeadamente:

(a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.

(b) Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.

(c) Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

Fundação Bienal de arte de Cerveira, F.P.

A Fundação Bienal de arte de Cerveira, F.P. é uma Fundação, constituída em 2009, sediada na Avenida das Comunidades Portuguesas, S/N e tem como fins perpetuar as raízes e organizar as Bienais Internacionais de Arte de Vila Nova de Cerveira, gerir e conservar o acervo da Bienal de Cerveira, gerir e promover as indústrias criativas da Bienal de Cerveira, etc.

A Fundação nasceu fruto da necessidade do Município constituir uma entidade capaz de abarcar todo o espólio cultural que representa a Bienal de Cerveira, desde o seu acervo à sua atividade cultural. Daí foi constituída em 18 de maio de 2009, por 10 Fundadores, que hoje compõe o Conselho de Fundadores, no qual o Município de Vila Nova de Cerveira exerce controlo pela via das disposições previstas no n.º 1 do artigo 10.º e artigo 29.º dos Estatutos.

Prestação de Contas Consolidada

Trata-se de uma Fundação enquadrada no âmbito do disposto na Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012, de 9 de julho de 2012), regendo-se por esta legislação, uma vez que se trata de uma Fundação Pública de direito privado.

V – Número de trabalhadores ao serviço do Grupo Consolidado

O número médio de funcionários durante o período de 2022 foi de 249 (em 2021 foi de 250), sendo 244 o número médio de funcionários do Município de Vila Nova de Cerveira e 5 o número médio de funcionários da Fundação Bienal de Arte de Cerveira, F.P..

VI – Análise Contas Consolidadas

Balanço

No quadro abaixo comparamos a evolução das principais rubricas do balanço consolidado:

Rubricas	Datas		Variação	
	2022	2021	Valor	%
ATIVO	61 952 339,73 €	59 327 598,72 €	2 624 741,01 €	4,42%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	53 398 333,05 €	52 846 279,51 €	552 053,54 €	1,04%
PASSIVO	8 554 006,68 €	6 481 319,21 €	2 072 687,47 €	31,98%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	61 952 339,73 €	59 327 598,72 €	2 624 741,01 €	4,42%

Verifica-se que o Ativo consolidado aumentou 2,625 milhões de euros face ao ano anterior (+4,42% face a 2021) sobretudo devido ao aumento dos Ativos Fixos Tangíveis e do montante de disponibilidades.

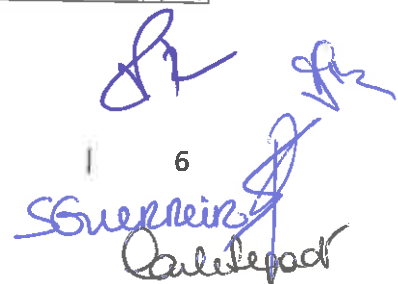
Em termos de Património Líquido verifica-se também um aumento face ao ano no montante de 552 mil euros (+1,04%).

O Passivo aumento cerca de 2,072 milhões de euros (+31,98% face a 2021) justificado sobretudo pelo aumento da rubrica de diferimentos que regista os valores de subsídios ao investimento recebidos e cujos projetos/obras estão em curso.

DR

No quadro abaixo efetua-se a comparação dos resultados consolidados com o período homólogo:

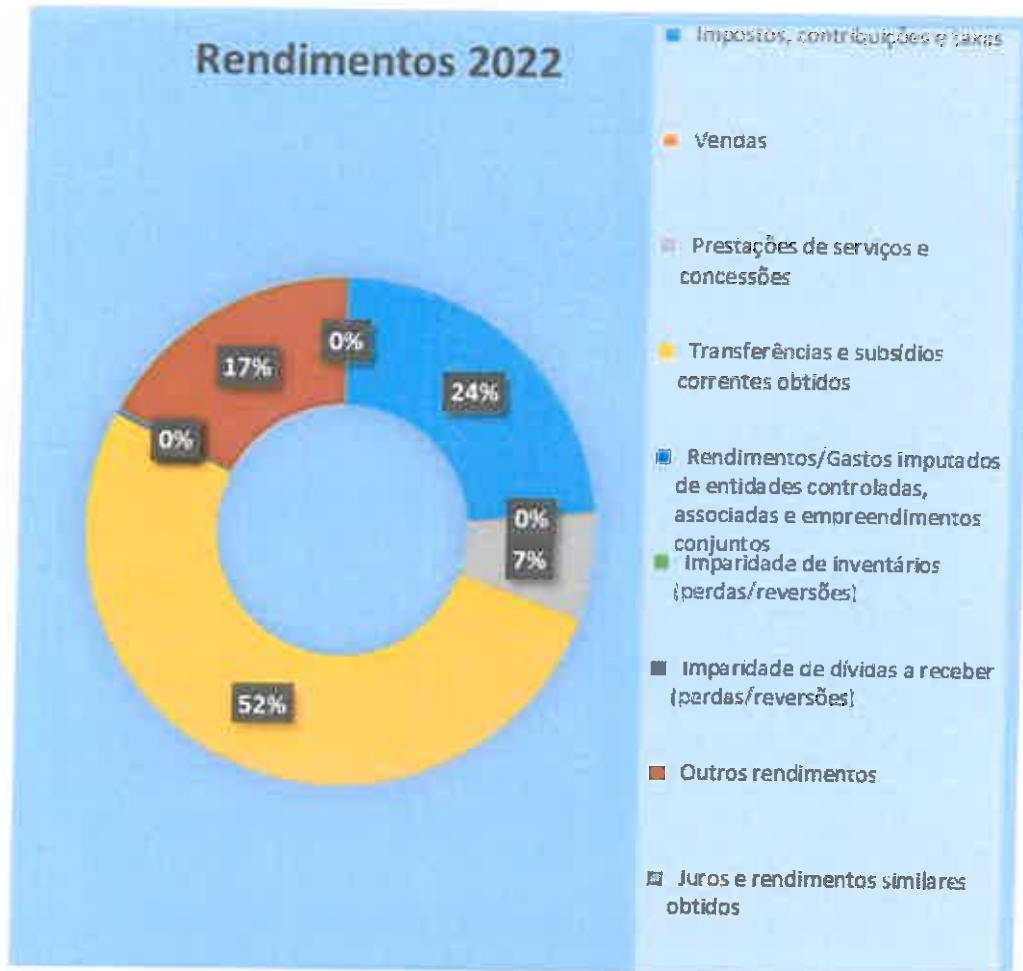
Rubricas	Datas		Variação	
	2022	2021	Montante	%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 145 546,21 €	2 465 108,40 €	1 680 437,81 €	68,17%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 247 424,04 €	-325 346,93 €	1 572 770,97 €	-483,41%
Resultado líquido do período	1 222 692,55 €	-347 322,30 €	1 570 014,85 €	-452,03%



Prestação de Contas Consolidada

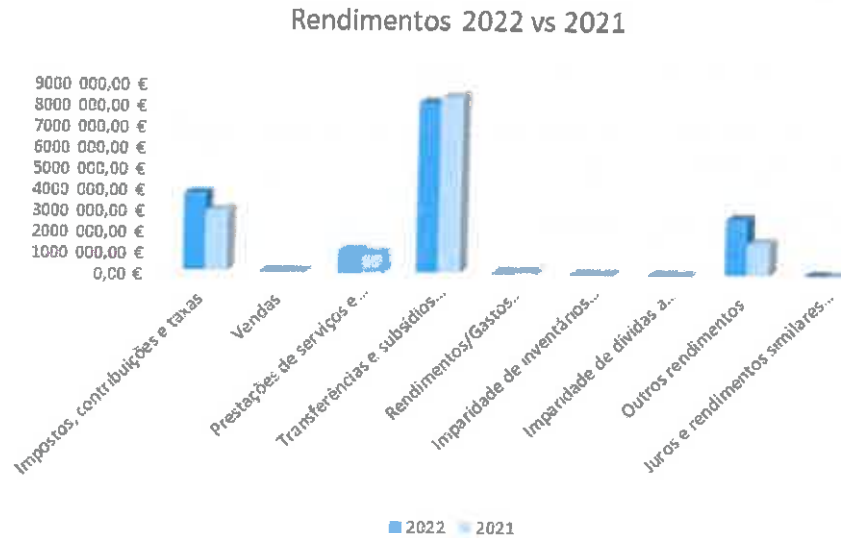
Em termos de resultados verifica-se que todos aumentaram significativamente em 2022, tendo-se passado de um resultado líquido negativo de 347.322€ em 2021 para um resultado positivo de 1.222.693€.

Os rendimentos em 2022 totalizaram o montante de 15,403 milhões de euros, repartidos da seguinte forma:

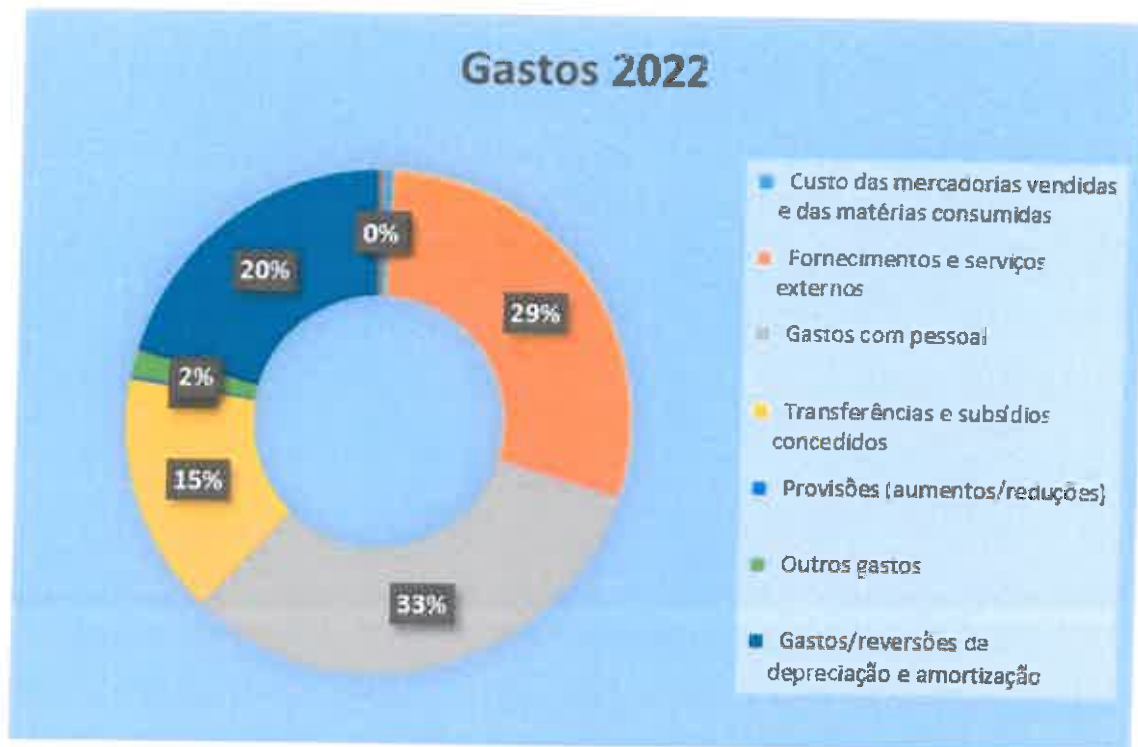


Comparando com o ano anterior os rendimentos aumentaram 1,807 milhões de euros (+13%), sobretudo devido ao aumento das rubricas de Impostos e Taxas e Outros Rendimentos.

Prestação de Contas Consolidada

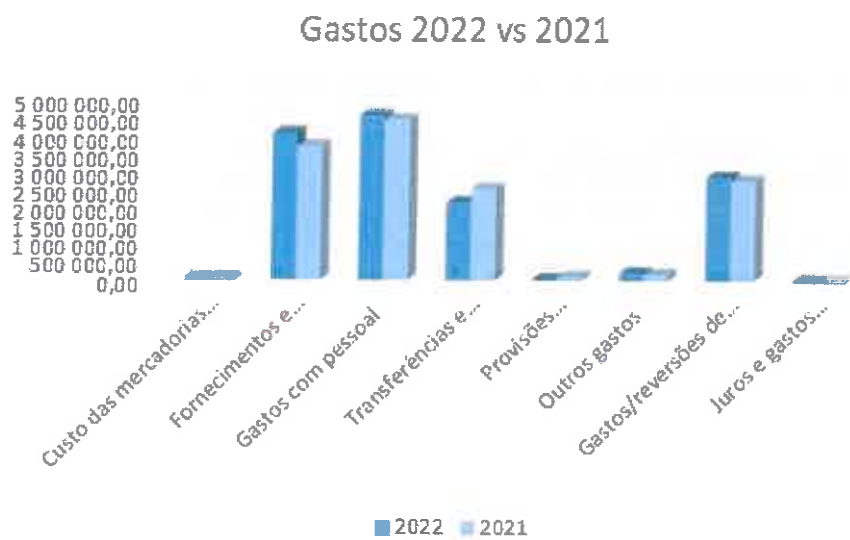


Os gastos em 2022 totalizaram o montante de 14, 180 milhões de euros, repartidos da seguinte forma:



Comparando com o ano anterior os gastos aumentaram 237 mil euros (+1,70%), sobretudo devido ao aumento das rubricas de Fornecimento e Serviços Externos e Gastos com Pessoal:

Prestação de Contas Consolidada



Prestação de Contas Consolidada

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

PERÍODO	ANO	ANO
2022/01/01 - 2022/12/31	2022	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		54 513 122,33 €	53 503 701,50 €
Ativos fixos tangíveis	5	53 702 877,50 €	52 645 014,10 €
Ativos intangíveis	3	24 811,84 €	73 254,41 €
Participações financeiras	20	774 794,79 €	774 794,79 €
Cientes, contribuintes e utentes		10 638,20 €	10 638,20 €
Ativo corrente		7 439 217,40 €	5 823 897,22 €
Inventários	10	141 887,72 €	124 973,92 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		6 110,59 €	6 110,59 €
Cientes, contribuintes e utentes	9	100 842,59 €	85 780,85 €
Estado e outros entes públicos		58,55 €	8 822,84 €
Outras contas a receber	23.1	2 523 831,10 €	2 726 553,01 €
Diferimentos		25 164,21 €	1 149,34 €
Caixa e depósitos	1	4 641 322,64 €	2 870 506,67 €
Total Ativo		61 952 339,73 €	59 327 598,72 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		53 398 333,05 €	52 846 279,51 €
Património/Capital		12 399 983,28 €	12 399 983,28 €
Reservas		1 256 795,55 €	1 256 795,55 €
Resultados transitados		19 031 517,70 €	19 412 328,19 €
Outras variações no património líquido	14	19 173 197,87 €	19 825 719,45 €
Resultado líquido do período		1 222 692,55 €	-347 322,30 €
Interesses que não controlam		314 146,09 €	298 775,34 €
Total Património Líquido		53 398 333,05 €	52 846 279,51 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		5 921 420,90 €	3 441 563,19 €
Provisões	15	156 435,62 €	105 000,00 €
Financiamentos obtidos	7	3 231 442,67 €	3 191 584,20 €
Diferimentos	14	2 533 542,61 €	144 978,99 €
Passivo corrente		2 632 585,78 €	3 039 756,02 €
Fornecedores		270 752,84 €	320 650,11 €
Estado e outros entes públicos		4 131,80 €	29 688,15 €
Financiamentos obtidos	7	498 845,18 €	444 947,09 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	427 159,76 €
Outras contas a pagar	23.1	1 858 855,96 €	1 817 310,91 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Total Passivo		8 554 006,68 €	6 481 319,21 €
Total Património Líquido e Passivo		61 952 339,73 €	59 327 598,72 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Prestação de Contas Consolidada

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

PERÍODO	ANO	ANO
2022/01/01 - 2022/12/31	2022	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14	3 652 524,14 €	2 828 040,43 €
Vendas	13	31 059,98 €	29 362,33 €
Prestações de serviços e concessões	13	1 028 934,56 €	880 403,24 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7 984 365,27 €	8 237 208,95 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	60 187,50 €	112 500,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-94 133,00 €	-90 431,92 €
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-4 109 235,77 €	-3 731 165,91 €
Gastos com pessoal	19	-4 600 660,20 €	-4 475 393,44 €
Transferências e subsídios concedidos		-2 172 362,11 €	-2 552 919,91 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	144,90 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	-51 435,62 €	-105 000,00 €
Outros rendimentos	14	2 634 901,91 €	1 504 839,84 €
Outros gastos		-218 745,35 €	-172 335,21 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 145 546,21 €	2 465 108,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 / 5	-2 898 122,17 €	-2 790 455,33 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 247 424,04 €	-325 346,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	10 447,00 €	2 905,61 €
Juros e gastos similares suportados		-35 178,49 €	-24 880,98 €
Resultado antes de impostos		1 222 692,55 €	-347 322,30 €
Resultado líquido do período		1 222 692,55 €	-347 322,30 €

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		1 082 082,91	(307 380,24)
Interesses que não controlam		140 609,64	(39 942,06)

Prestação de Contas Consolidada

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA			
PERÍODO		ANO	ANO
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	2021
Rubricas	Notas	Data	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 106 381,45 €	929 148,39 €
Recebimentos de contribuintes		3 462 384,51 €	2 641 721,58 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 174 646,49 €	7 998 921,23 €
Recebimentos de utentes		207 880,57 €	132 326,48 €
Pagamentos a fornecedores		-4 108 231,26 €	-3 564 322,71 €
Pagamentos ao pessoal		-4 674 478,59 €	-4 337 318,62 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 219 501,10 €	-1 845 682,81 €
Caixa gerada pelas operações		1 949 082,07 €	1 954 793,54 €
Outros recebimentos/pagamentos		515 441,05 €	-706 994,09 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 464 523,12 €	1 247 799,45 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 777 076,07 €	-2 764 317,93 €
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	-44 917,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0,00 €	7 500,00 €
Recebimentos - Transferências de capital		4 049 394,66 €	1 641 151,53 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-727 681,41 €	-1 160 583,90 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		795 000,00 €	635 100,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		65 937,19 €	115 256,88 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-697 585,08 €	-746 048,40 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-129 377,85 €	-24 570,30 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		33 974,26 €	-20 261,82 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 770 815,97 €	66 953,73 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		2 870 506,67 €	2 803 552,94 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		4 641 322,64 €	2 870 506,67 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 870 506,67 €	2 803 552,94 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		2 870 506,67 €	2 803 552,94 €
SGA De execução orçamental		1 872 990,35 €	1 652 016,63 €
SGA De operações de tesouraria		997 516,32 €	1 151 536,31 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 641 322,64 €	2 870 506,67 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 641 322,64 €	2 870 506,67 €
SGS De execução orçamental		3 654 838,24 €	1 872 990,35 €
SGS De operações de tesouraria		986 484,40 €	997 516,32 €

Prestação de Contas Consolidada

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA				
Período	Periodicidade	Mensal	Ano	Ano
01/01/2022	Período	Dezembro	2022	2021
31/12/2022	Acumulados	Sim		
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	Datas		
		2022	2021	
RA01	Saldo de gerência anterior	2 870 506,67 €	2 803 552,94 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	1 872 990,35 €	1 652 016,63 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	
RI04	Receb. do saldo devolvido por terceiras entidades			
RI03	Operações de tesouraria [A]	997 516,32 €	1 151 536,31 €	
RA02	Receita corrente	13 167 652,52 €	11 953 781,34 €	
R1	Receita fiscal	3 462 407,96 €	2 641 721,58 €	
R1.1	Impostos diretos	3 016 245,47 €	2 359 387,63 €	
R1.2	Impostos indiretos	446 162,49 €	282 333,95 €	
R2	Contribuições sist. de proteção social e subs. de saúde			
R3	Taxas, multas e outras penalidades	231 121,19 €	151 060,47 €	
R4	Rendimentos de propriedade	443 722,87 €	487 069,73 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	8 224 507,92 €	7 998 921,23 €	
R5.1	Transferências correntes	8 224 507,92 €	7 998 921,23 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	8 189 646,49 €	7 978 621,23 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 029 509,25 €	6 998 549,21 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 160 137,24 €	980 072,02 €	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	
R5.1.3	Outras	34 861,43 €	20 300,00 €	
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	
R6	Venda de bens e serviços	788 655,78 €	611 362,91 €	
R7	Outras receitas correntes	17 236,80 €	63 645,42 €	
RA03	Receita de capital	4 502 883,85 €	1 651 376,91 €	
R8	Venda de bens de investimento	362 600,00 €	7 500,00 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	4 049 394,66 €	1 641 151,53 €	
R9.1	Transferências de capital	4 049 394,66 €	1 641 151,53 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	4 049 394,66 €	1 641 151,53 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 049 394,66 €	1 641 151,53 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	
R10	Outras receitas de capital	90 889,19 €	2 725,38 €	
RA04	Receita efetiva [2]	17 670 536,37 €	13 605 158,25 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			
RA05	Receita não efetiva [3]	795 045,63 €	635 100,00 €	
R12	Receita com ativos financeiros			
R13	Receita com passivos financeiros	795 000,00 €	635 100,00 €	
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	20 338 572,35 €	15 892 274,88 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]	363 031,14 €	283 331,99 €	

Prestação de Contas Consolidada

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA				
Período	Periodicidade	Mensal	Ano	Ano
01/01/2022	Período	Dezembro	2022	2021
31/12/2022	Acumulados	Sim		
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	Datas		
		2022	2021	
DA01	Despesa corrente	10 220 936,67 €	9 053 040,32 €	
D1	Despesas com o pessoal	4 702 140,59 €	4 368 192,87 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3 615 446,19 €	3 412 897,60 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	34 545,59 €	25 543,14 €	
D1.3	Segurança social	1 052 148,81 €	929 752,13 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	4 091 027,97 €	3 539 207,25 €	
D3	Juros e outros encargos	23 848,69 €	16 592,59 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	1 375 712,64 €	1 095 297,29 €	
D4.1	Transferências correntes	1 136 564,25 €	912 642,07 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	420 943,74 €	333 841,09 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português			
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			
D4.1.1.3	Segurança Social			
D4.1.1.4	Administração Regional			
D4.1.1.5	Administração Local	420 943,74 €	333 841,09 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	664 064,16 €	499 075,25 €	
D4.1.3	Famílias	51 556,35 €	79 725,73 €	
D4.1.4	Outras			
D4.2	Subsídios Correntes	239 148,39 €	182 655,22 €	
D5	Outras despesas correntes	28 206,78 €	33 750,32 €	
DA02	Despesa de capital	5 761 554,00 €	4 163 647,76 €	
D6	Aquisição de bens de capital	4 776 640,04 €	2 764 317,93 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	889 913,96 €	1 373 329,83 €	
D7.1	Transferências de capital	889 913,96 €	1 373 329,83 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	606 561,15 €	553 720,51 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português			
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			
D7.1.1.3	Segurança Social			
D7.1.1.4	Administração Regional			
D7.1.1.5	Administração Local	606 561,15 €	553 720,51 €	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	237 227,31 €	196 665,01 €	
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	
D7.1.4	Outras	46 125,50 €	622 944,31 €	
D7.2	Subsídios de capital			
D8	Outras despesas de capital	95 000,00 €	26 000,00 €	
DA03	Despesa efetiva [5]	15 982 490,67 €	13 216 688,08 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	701 243,44 €	801 940,98 €	
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	44 917,50 €	
D10	Despesa com passivos financeiros	701 243,44 €	757 023,48 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	16 683 734,11 €	14 018 629,06 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]	374 063,06 €	438 007,45 €	
DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 641 322,64 €	2 870 506,67 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 654 838,24 €	1 873 645,82 €	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	986 484,40 €	996 860,85 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	1 688 045,70 €	388 470,17 €	
DA10	Despesa primária	15 958 641,98 €	13 200 095,49 €	
DA11	Saldo corrente	2 946 715,85 €	2 900 741,02 €	
DA12	Saldo de capital	-1 258 670,15 €	-2 512 270,85 €	
DA13	Saldo primário	1 711 894,39 €	405 062,76 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	20 338 572,35 €	15 892 274,88 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	16 683 734,11 €	14 018 629,06 €	

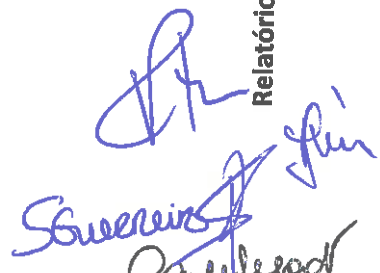
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla											Ano 2022	
		Capital / Patrimônio subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		12.702.483,28				1.556.795,55	10.404.288,02			19.850.054,56	-347.322,30	52.846.279,81		52.846.279,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00	-439.605,22			-646.286,46	347.322,30	-670.636,01		-670.636,01
Ajustamentos de transição de referência contabilístico						0,00	0,00			0,00	347.322,30	347.322,30		347.322,30
Alterações de políticas contábeis														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas reversões														
Transferências e abatidos de capital														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							-384.174,40			-646.286,46	0,00	-646.286,46		-646.286,46
Correção de erros materiais										-50,146		-50,146		-50,146
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										0,00	1.222.692,65	1.222.692,65		1.222.692,65
RESULTADO INTEGRAL										0,00	1.570.014,85	662.033,54		662.033,54
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital próprio														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Suscrições de prêmios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		12.702.483,28				1.256.795,55	19.040.094,22			19.176.267,45	1.222.692,55	53.398.333,05		53.398.333,05

Stz
Souza
Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos elementos do Patrimônio Líquido da entidade que controla											Ano 2021	
		Capital / Patrimônio suscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		12.702.483,28				1256.796,55	19.81685,64			3.448.075,50	275.841,24	52.873.431,21		52.873.431,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00	225.790,29			380.770,80	-275.841,24	380.770,80		380.770,80
Ajustamentos de transição de referência contábilístico						0,00	0,00			0,00	-275.841,24	-275.841,24		-275.841,24
Alterações de políticas contábeis														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas variações														
Transferências e subdícios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido										471.082,88	0,00	471.082,88		471.082,88
Correção de erros materiais							272.732,89			-89.084,02		182.748,87		182.748,87
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										0,00	-347.322,30	-347.322,30		-347.322,30
RESULTADO INTEGRAL										0,00	-820.803,54	-820.803,54		-820.803,54
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/patrimônio														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prêmios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		12.702.483,28				1.256.795,55	19.404.269,62			19.830.054,36	-347.322,30	52.846.279,51		52.846.279,51


 Souceiro
 Carilapad

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

St. Luis
Souza
Carvalho

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

1.2 – Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras

- a) As presentes demonstrações financeiras são relativas ao ano de 2022 e foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP sem exceções ou derrogações.
- b) Os conteúdos das rubricas apresentadas no Balanço e Demonstração dos Resultados de 2022 são totalmente comparáveis com os apresentados para o período de 2021.
- c) Em 2022 não foram efetuadas reclassificações.
- d) O total do saldo apresentado em “Caixa e Depósitos” está disponível para uso respeitando as regras das cativações e operações de tesouraria.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	3 816,03	1 737,68
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	4 637 506,61	2 868 768,99
Outros depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Total	4 641 322,64	2 870 506,67

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015

[Handwritten signature]
S. Guereiro
Caixa e Depósitos

de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município, exceto no que respeita ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que sejam formulados julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados no ponto - Principais fontes de incerteza das estimativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCP. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

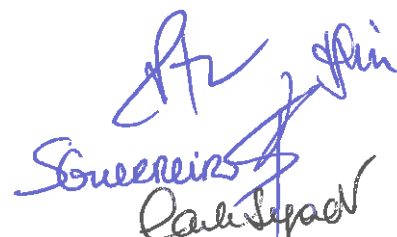
Principais políticas contabilísticas

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.



Sousa

Relativamente à plenitude do registo contabilístico de Bens de Domínio Público, sob o controlo do Município, não temos conhecimento nesta data da existência de bens que não estejam inventariados, cadastrados e reconhecidos contabilisticamente, pelo que é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras refletem de forma apropriada tal situação, tanto mais que nos últimos exercícios não existiram variações significativas da conta de Património.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Os ativos intangíveis respeitam a ativos sem inexistência física, identificáveis que resultam de direitos legais ou contratuais, controlados pela entidade e dos quais resultam benefícios económicos futuros.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

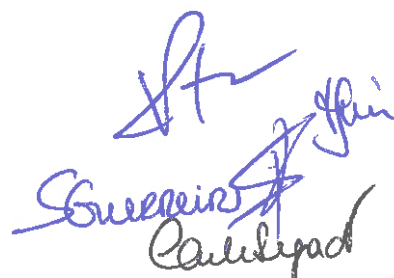
As participações em associadas com influência significativa estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2 no caso do Município e o DR25/2009 no caso da Fundação. As taxas utilizadas na Fundação não diferem substancialmente das enunciadas no CC2, pelo que não foi efetuada a sua uniformização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.



- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

- Princípio do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber e Outras Dívidas a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais previstas por Lei.


Sovereign
Capital

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

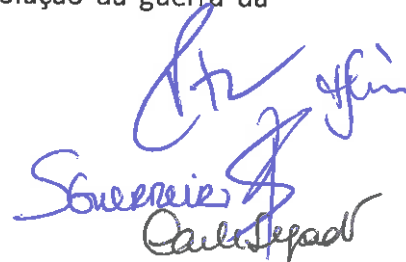
2.3 — Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Relativamente ao futuro mantém-se um cenário de incerteza face à evolução da guerra da Rússia-Ucrânia e o seu impacto na economia.


Suzanne J. G. G. G.
Carla Lepard

Não foram, contudo, identificadas pelo órgão de gestão situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

2.5 — Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável

Em 2022 todas as NCP foram aplicadas sem exceção e registados os correspondentes efeitos.

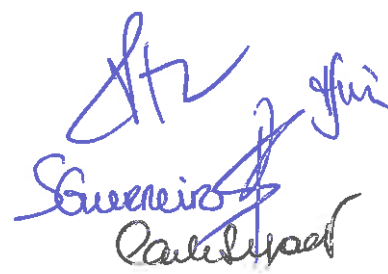
2.6 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2.

As estimativas efetuadas têm por base referência a data de relato e são baseadas no melhor conhecimento existente, na sequência de eventos passados e correntes e nas ações que se planeiam realizar. Contudo, poderão ocorrer situações futuras que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas efetuadas.

2.7– Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciable, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo. Em 2022 não foram efetuadas alterações de pressupostos de estimativas.



S. Gouveias
Carilho

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada Inicial - SNC-AP	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
A11	Ativos Intangíveis										
A12	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A13	Goodwill										
A14	Projetos de desenvolvimento										
A15	Programas de computador e sistemas de Informação	73 254,41	5 535,00 €						-53 977,57 €		24 811,84
A16	Propriedade industrial e Intelectual										
A17	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	73 254,41	5 535,00	0,00					-53 977,57	0,00	24 811,84

Quadro 4 - Adições

Rubrica	Designação	Adições										Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
A11	Ativos Intangíveis											
A12	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
A13	Goodwill											
A14	Projetos de desenvolvimento											
A15	Programas de computador e sistemas de Informação		5 535,00 €									5 535,00
A16	Propriedade Industrial e Intelectual											
A17	Outros											
A17	Ativos Intangíveis em curso											
	TOTAL		5 535,00									5 535,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

4.1— Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Quadro 4.1 — Acordos de concessão de serviços: concedente

E-redes

Quadro 5 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anterior	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão (Dec. Lei n.º 344-B/82, de 1 set, na sua redação atual)	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas afetas aos serviços de electricidade de baixa tensão existentes à data	20 A	336 414 € / ano	0	0	0

Handwritten signature and name:
 S. Soares
 Carilhepar

Sobre esta concessão verifica-se ser um assunto complexo e ainda não está totalmente clarificado para uma correta aplicação do SNC-AP.

A informação prestada pelo Concessionário em relação a 31/12/2022 foi a seguinte (email recebido a 16/03/2023):

“Conforme solicitado, vimos informar que foram disponibilizados, no site da E-REDES (Área Reservada das Autarquias, separador “Documentos”), os valores referentes a 31 de dezembro de 2021, correspondentes ao imobilizado bruto, amortizações e imobilizado líquido afetos ao acordo de concessão em vigor. Esta informação encontra-se em ficheiro Excel, disponível para download, peço que nos avisem caso necessitem de ajuda para aceder aos dados.

A informação relativa a 2022 está a ser preparada e será disponibilizada na área acima referida, após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, o qual prevemos que esteja terminado até final do mês de abril. Também nessa altura prevemos disponibilizar a informação detalhada por grupos homogêneos, em formato que pensamos estar de acordo com a necessidade indicada por vários municípios.

Tal como foi feito no ano passado, caso prefiram utilizar informação ainda provisória e não auditada, enviamos os seguintes dados em formato simplificado, os quais poderão ser diferentes dos valores finais a reportar:

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	5.682.673,77	-3.660.078,41	2.022.595,36
Postos Transformação e Seccionamento	1.399.285,78	-848.890,54	550.395,24
Redes aéreas	1.769.664,35	-1.154.913,49	614.750,86
Redes subterrâneas	460.897,77	-308.020,59	152.877,18
Chegadas aéreas	289.663,25	-228.660,71	61.002,54
Chegadas subterrâneas	463.953,44	-310.313,29	153.640,15
Contadores e acessórios	547.987,04	-521.347,55	26.639,49
Contadores	362.331,60	-354.981,54	7.350,06
Outro equipamento	185.655,44	-166.366,01	19.289,43
Iluminação pública	604.796,49	-232.647,09	372.149,40
Eq. Telegestão Energia EDP Box	146.425,65	-55.285,15	91.140,50
Subsídios ao investimento	-1.831.155,72	1.339.304,72	-491.851,00
Postos Transformação e Seccionamento	-98.073,79	55.551,82	-42.521,97
Redes aéreas	-719.586,25	591.864,69	-127.721,56
Redes subterrâneas	-249.128,27	189.949,58	-59.178,69
Chegadas aéreas	-207.285,09	162.633,05	-44.652,04
Chegadas subterrâneas	-408.818,53	277.730,83	-131.087,70

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Contadores e acessórios	-424,00	44,25	-379,75
Outro equipamento	-424,00	44,25	-379,75
Iluminação pública	-147.303,32	61.474,42	-85.828,90
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-536,47	56,08	-480,39
Grand Total	3.851.518,05	-2.320.773,69	1.530.744,36

Mais informamos que o valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização), que consta atualmente no nosso balanço, é o seguinte:

31/12/2022 - 1.325.514 euros

Sublinhamos, no entanto, que, em caso de hipotético resgate da concessão, esse valor deverá ter em conta o valor líquido do património da E-REDES afeto à exploração da rede de baixa tensão.

Assim, o cálculo do valor efetivo da indemnização a pagar no caso de um eventual resgate, poderá ainda ter em consideração outros ativos, de âmbito supramunicipal, não considerados no valor acima indicado, que servem diversas concessões, de acordo com metodologias que, à data, não estão definidas legal ou regulamentarmente, e que pressupõem todo um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.”

Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela, datas de aquisição e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. A informação enviada não parece cumprir este desiderato.

À data o Município encontra-se a aprofundar o método de registo e a tentar obter informação detalhada do concessionário que lhe permita efetuar os registos de acordo com a NCP 4.

- Águas do Alto Minho, S.A.

Sobre esta concessão verifica-se ser um assunto complexo e que ainda não está totalmente clarificado para uma correta aplicação do SNC-AP. Foram solicitados esclarecimentos ao concessionário para melhor enquadramento do contrato em causa.

À data o Município encontra-se a aprofundar o método de registo e a tentar obter informação detalhada do concessionário que lhe permita efetuar os registos de acordo com a NCP 4.

Handwritten signature and stamp:
 [Signature] *fin*
 S. Almeida
 [Stamp]

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada no CIBE para os bens adquiridos em anos anteriores, exceto os bens imóveis cuja vida útil foi atualizada utilizando as taxas constantes do Classificador Complementar. Para os bens adquiridos em 2022 as taxas de depreciação usadas foram as constantes no Classificador Complementar.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	341 951,05			341 951,05	341 951,05			341 951,05
Edifícios e outras construções	4 478 053,34	1 438 211,35		3 039 841,99	4 478 119,75	1 662 167,58		2 815 952,17
Infraestruturas	29 961 784,27	26 898 531,26		13 063 253,01	31 746 660,28	18 587 598,38		13 159 061,90
Património histórico, artístico e cultural	556 815,88			556 815,88	556 815,88			556 815,88
Outros								0,00
Bens de domínio público em curso								0,00
	35 338 604,54	18 336 742,61		17 001 861,93	37 123 546,96	20 249 765,96		16 873 781,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 684 613,77			7 684 613,77	7 565 863,77			7 565 863,77
Edifícios e outras construções	37 047 120,53	13 506 734,91		23 540 385,62	37 020 116,63	14 073 588,35		22 946 528,28
Equipamento básico	2 554 734,04	2 267 855,62		286 878,42	2 628 355,69	2 394 751,56		233 604,13
Equipamento de transporte	1 355 314,58	1 175 690,12		179 624,46	1 355 314,58	1 223 564,02		131 750,56
Equipamento administrativo	1 898 517,05	1 790 750,53		107 766,52	1 945 437,24	1 850 181,01		95 256,23
Equipamentos biológicos	0,00				0,00			0,00
Outros	2 235 273,85	931 178,98		1 304 094,87	2 272 988,23	961 496,47		1 311 491,76
Ativos fixos tangíveis em curso	2 539 788,51			2 539 788,51	4 544 600,77			4 544 600,77
	55 315 362,33	19 672 210,16		35 643 152,17	57 332 677,91	20 503 581,41		36 829 096,50
TOTAL	90 653 966,87	38 008 952,77		52 645 014,10	94 456 224,87	40 753 347,37		53 702 877,50

Suarez
Caetano

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas a entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	17 001 861,93	1 784 942,42	0,00				-1 919 023,35		16 873 781,00
Terrenos e recursos naturais	341 951,05								341 951,05
Edifícios e outras construções	3 039 841,99	66,41					-229 956,23		2 815 952,17
Infraestruturas	13 063 253,01	1 784 876,01					-1 689 067,12		13 159 061,90
Patrimônio histórico, artístico e cultural	556 815,88								556 815,88
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Patrimônio histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis	35 648 152,17	7 313 623,37	-2 085 573,62				-938 246,25	-3 103 859,17	36 829 096,50
Terrenos e recursos naturais	7 684 613,77							-118 750,00 €	7 565 863,77
Edifícios e outras construções	23 540 385,62	329 246,10					-673 728,44 €	-249 375,00 €	22 946 528,28
Equipamento básico	286 878,42	73 621,65					-126 895,94 €		233 604,13
Equipamento de transporte	179 624,46						-47 873,90 €		131 750,56
Equipamento administrativo	107 766,52	46 920,19					-47 135,15 €		107 551,56
Equipamentos biológicos									0,00
Outros	1 304 094,87	37 715,38					-42 612,82 €		1 299 197,43
Ativos fixos tangíveis em curso	2 539 788,51	6 826 120,05	-2 085 573,62					-2 735 734,17 €	4 544 600,77
TOTAL	52 645 014,10	9 098 565,79	-2 085 573,62				-2 851 269,80	-3 103 859,17	53 702 877,50

Quadro 8 - Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou	Daplo em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	1 738 916,52 €	46 025,90 €									1 784 942,42
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções		66,41 €									66,41
Infraestruturas	1 738 916,52 €	45 959,49 €									1 784 876,01
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		7 313 623,37									7 313 623,37
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções		329 246,10									329 246,10
Equipamento básico		73 621,65									73 621,65
Equipamento de transporte											0,00
Equipamento administrativo		46 920,19									46 920,19
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		37 715,38									37 715,38
Ativos fixos tangíveis em curso		6 826 120,05									6 826 120,05
TOTAL	1 738 916,52 €	7 359 649,27									9 098 565,79

Handwritten signature:
 Suenes
 Coordenador

Quadro 9 - Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-368 125,00 €				-2 735 734,17 €	-3 103 859,17 €
Terrenos e recursos naturais	-118 750,00 €					-118 750,00 €
Edifícios e outras construções	-249 375,00 €					-249 375,00 €
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-2 735 734,17 €	-2 735 734,17 €
TOTAL	-368 125,00 €				-2 735 734,17 €	-3 103 859,17 €

Detalham-se as obras de maior valor transferidas de investimentos em curso para investimento firme em 2022:

Obra	Valor
Abastecimento de Água na Freguesia de Cornes – Ligação Alta/ Baixa do Reservatório de Laceiras ao Pólo Industrial II	154 055,78
"Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo – 1.ª Fase"	695 574,30
Rede Viária do Concelho –Beneficiação de Arruamentos em Diversas Freguesias –2020/ 2021/ 2022"	274 234,66
Rede Viária - Lote 2 -Estrada Municipal 516-1, Travessa do Feital, Rua Cova da Serpa e Rua do Convento de S. Paio do Concurso Público "Rede Viária do Concelho –Beneficiação de Arruamentos em Diversas	152 057,01
"Beneficiação e Conservação da Rede Viária Municipal –Beneficiação de Arruamentos nas Freguesias de Mentrestido e Candemil/ Gondar"	135 402,88
"Beneficiação e Conservação da Rede Viária Municipal –Beneficiação de Arruamentos nas Freguesias de Covas, Candemil/Gondar e Mentrestido"	83 286,19
Rede Viária -Lote 3 -Rua da Lamela, Estrada Municipal 512, Rua de Novais e Rua Chão da Carlota do Concurso Público "Rede Viária do Concelho –Beneficiação de Arruamentos em Diversas Freguesias	150 788,04
"EEC PROVERE PA8 Turismo Natureza/ Turismo Náutico –Doca de Recreio/ Vila Nova de Cerveira"	117 604,85
"Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Concelho de Vila Nova de Cerveira – Ano de 2022"	38 453,91
Beneficiação de Património Imobiliário Municipal – Adaptação de Espaço de Exposição para a XXII Bienal Internacional de Arte de Cerveira - 2022"	68 156,51
"Beneficiação e Conservação da Rede Viária Municipal - Pavimentação de Troços na EM 516 entre a Mata-Velha em Loivo e Mangoeiro em Gondarém"	26 585,01
Total	1 896 199,14

Souza
Paula

Nota 6 - Locações

O Município de Vila Nova de Cerveira tem um contrato de locação operacional relativo ao parque de impressoras, cujo dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 10 - Locações operacionais - locador

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Parque de Impressão	74 537,85	24 846,00		60 044,49		14 493,36			14 493,36	
Total	74 537,85	24 846,00		60 044,49		14 493,36			14 493,36	

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

As entidades apresentam os Mapas de empréstimos no Anexo III.

Não foram capitalizados custos de empréstimos durante o período.

Caracterização do Empréstimo	Finalidade do Empréstimo	Futuros pagamentos				
		1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Total
Médio e Longo Prazo (b)						
Caixa Geral de Depósitos	Habituação Social	66 159,39				66 159,39
Caixa Geral de Depósitos	Hab. Soc. Reforço	76 166,58				76 166,58
Caixa Agrícola	Obras Co-financiadas	11 413,77				11 413,77
Caixa Geral de Depósitos	Obras do PPI	33 452,29				33 452,29
Caixa Geral de Depósitos	Obras do PPI	49 906,92				49 906,92
Caixa Geral de Depósitos	Obras do PPI	93 585,13	18 717,03			112 302,15
Caixa Agrícola	Obras do PPI	516 211,75	206 484,70			722 696,45
Caixa Agrícola	Empréstimo bancário de MLP, para renogociação da dívida financeira do Município	401 223,18	401 223,18	401 223,18	160 489,27	1 364 158,81
Caixa Agrícola	Obras Co-financiadas	112 921,03	112 921,03	112 921,03	45 168,41	383 931,49
Caixa Agrícola	Obras de Investimentos	206 605,26	206 605,26	206 605,26	165 284,21	785 100,00
Caixa Agrícola	Conta Caucionada	125 000,00				125 000,00
Total		1 692 645,29	945 951,19	720 749,47	370 941,89	3 730 287,85

Nota 9 – Imparidade de ativos

Classe	Quantia Bruta	Perdas por Imparidades Acumuladas	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, Contribuintes e Utentes	197 765,80	86 285,01		111 480,79
TOTAL	197 765,80	86 285,01		111 480,79

No exercício não foram reforçadas as perdas por imparidade.

Stefano Pinheiro
Souza
Carvalho

Nota 10 - Inventários

a) As políticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo fórmula de custeio usada

Os inventários de mercadorias e matérias-primas são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor de realização. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio e o Sistema de inventário Intermitente.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 13 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	6 740,84	327,03	
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	135 473,91		
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	142 214,75	327,03	

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quadro 14 - Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras recupéres de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	7 375,12 €	2 090,67 €	3 196,88 €	0,00 €	0,00 €	144,90 €	0,00 €	0,00 €	6 413,81 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117 598,80 €	108 811,23 €	90 936,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	135 473,91 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	124 973,92 €	110 901,90 €	94 133,00 €	0,00 €	0,00 €	144,90 €	0,00 €	0,00 €	141 887,72 €

d) Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Não foram efetuados quaisquer ajustamentos de inventários decorrentes do reconhecimento de perdas por imparidades, em virtude do seu valor de aquisição ser inferior ao respetivo valor realizável líquido.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

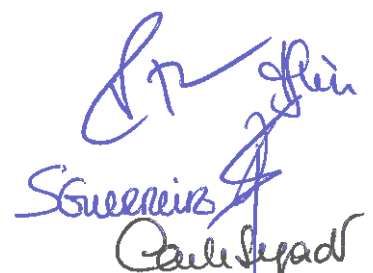
O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.



Quadro 15 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	55 212,88				
Vendas					
Água	24 796,18		81 862,45	77 857,83	
Produtos acabados e Intermediários	1 390,21				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Outros	4 873,59				
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	291 160,32				
Trabalhos por conta de particulares					
Cemitérios	1 692,00				
Mercados e feiras	450 835,97		41 503,13	45 825,86	
Refeições escolares	100 675,68				
Serviços recreativos	230 908,87				
Vistorias e ensaios					
Aluguer de espaços	24 259,47				
Outros	66 830,75		13 841,67	22 409,61	
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis					
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	336 414,60				
Outras	40 662,44				
Rendas de edifícios e outras construções	41 506,11				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos	10 447,00				
Ganhos em Inventários	2 452,16				
Ganhos em Entidades Participadas	60 187,50				
Outros	131 170,22				
TOTAL	1 875 475,95		137 207,25	146 093,30	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

de
Souzenis
Paulo de Paiva

Quadro 16 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	477 975,39				
Imposto municipal sobre imóveis	1 263 440,65				
Imposto único de circulação	289 528,30				
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	152 029,47				
Ocupação da via pública	112,88				
Publicidade	23,45				
Taxa municipal de direitos de passagem	2 509,57				
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1 039,50				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	958 062,37				
Outros					
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades					
Outras multas e penalidades	1 753,71				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Participação IRS					
Contrato interadministrativo educação	901 957,69				
Projetos co-financiados	132 557,11				
Outros	6 949 850,47				
Reversões					
De perdas por imparidade					
De provisões					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 396 103,85				
TOTAL	13 526 944,41	0,00			

A entidade regista em outras variações do património líquido o valor de 14.409.884€ relativos a subsídios ao investimento sem condições – existe uma segurança razoável acerca do cumprimento das condições contratuais subjacentes à exploração dos respetivos bens financiados.

Foram também registados 2.659.306€ em diferimentos relativos a subsídios ao investimento com condições. Desta forma e pela aplicação da FAQ 42 da Comissão de Normalização Contabilística, considerou-se que os bens financiados ainda em curso ou cujos pedidos de pagamento ainda não terminaram devem figurar no passivo até à sua conclusão: *"Na maior parte das transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados (globalmente ou por lotes individualizáveis) e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento. Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho."*

SR
Suaveis
Carle Sepad

Foram ainda registados nas outras variações de capital as transferências provenientes do Orçamento dos Encargos Gerais do Estado relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital e Excedente (n.º 3 do art.º 35 da Lei 73/2013, de 3 de setembro).

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

a) Quantia escriturada no início e no fim do período

Quadro 17 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada da final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumento da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	105 000,00	51 435,62			51 435,62					156 435,62
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	105 000,00	51 435,62			51 435,62					156 435,62

Em 2022 o Município reforçou as provisões no montante de 51.435,62€ relativo ao processo n.º 1823/10.8BEBRG relativos a juros legais a pagar no âmbito da decisão do processo.

Por acórdão de 20/12/2022, decidiu o Tribunal Central Administrativo e Fiscal de Braga condenar o Município de Cerveira a pagar a autora a quantia de 105.000€ acrescidos de juros legais que na data ascendem a 51.435,62€, ficando assim o Município a dever a quantia de 156.435,62€.

Esta quantia foi totalmente paga a autora em 2023.

b) Passivos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Vila nova de Cerveira, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não foram constituídas provisões para os processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Vila Nova de Cerveira, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade do exfluxo é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

JP
Souza Reis
Carvalho

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Órgão Executivo e autorizadas para emissão em 7 de junho de 2023.

O ano de 2022 marca o início da Guerra da Ucrânia. No que se esperava ser o primeiro ano de recuperação pós-COVID-19, o mundo assistiu em choque à invasão da Ucrânia pela Rússia, o que teve como consequência a natural degradação do comércio mundial. A Ucrânia, responsável por 10% a 15% da produção mundial de alguns dos principais cereais, viu grande parte do seu território destruído, e vive atualmente uma alteração demográfica provocada pelo recrutamento obrigatório da população masculina. Por sua vez, as sanções impostas à Rússia pelos principais mercados internacionais conduziram a retaliações, nomeadamente ao corte do abastecimento de combustível e gás ao Ocidente. A destruição da Ucrânia e a exclusão económica da Rússia fizeram disparar os preços mundiais.

O Município de Vila Nova de Cerveira sofreu impactos negativos ao nível dos gastos, tendo verificado o aumento dos preços dos combustíveis/gás e de outras matérias-primas e materiais de construção (aumento do valor das empreitadas, revisões de preços, etc).

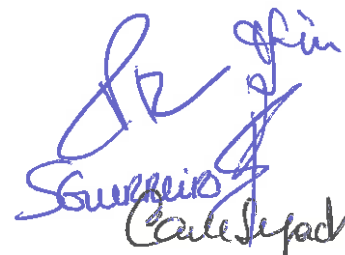
De salientar que a entidade tem a sua continuidade assegurada.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 19 – Benefícios dos Empregados

RUBRICAS	2021	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	106 038,66	106 812,02
Remunerações do pessoal	3 372 198,66	3 561 521,60
Benefícios pós-emprego	6 887,11	6 968,02
Encargos sobre remunerações	752 966,25	717 782,98
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	38 034,57	37 327,65
Outros gastos com o pessoal	195 883,23	167 012,25
Outros encargos sociais	3 384,96	3 235,68
Total	4 475 393,44	4 600 660,20

O número médio de funcionários durante o período de 2022 foi de 249.



Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Vila Nova de Cerveira e Fundação Bial na suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 18 - Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Águas do Norte, S.A	Societária	Viana do Castelo	108 095 468,00	243 900,00	<1%		<1%
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	Societária	Vila Nova de Cerveira	29.920.090,00	24 040,00	<1%		<1%
Empreendimentos Eólicos Cerveirenses, S.A	Societária	Esposende	50 000,00	7 500,00	15%		15,00%
Valorminho – Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A	SA - Sistema Multimunicipal	Valença	900.000,00	48 600,00	5,40%		5,40%
Águas do Alto Minho, S.A	Societária	Viana do Castelo	3 600 000,00	89 835,00	2,50%		2,50%
Comunidade Intermunicipal do Minho Lima	CIM	Viana do Castelo	2.868.887,75		10%		10,00%
Fundação da Bial de Cerveira	Não societária	Vila Nova de Cerveira	1 315 950,90		100%		100,00%
Associação Municípios do Vale do Minho	Não societária	Valença	7.500,00		20%		20,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Não societária	Lisboa	417 857 175,06	360 919,79	0,09%		0,09%

Total de Participações 774 794,79

St
Souza
Carvalho

Quadro 19 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Águas do Norte, S.A	Entidade Relacionada				
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	Entidade Relacionada				
Empreendimentos Eólicos Cerveirenses, S.A	Entidade Relacionada	Dividendos	60 187,50	6,36%	
		Receita Parque Eólico	39 089,47	4,13%	
Valorminho – Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A	Entidade Relacionada	Fornecimentos e Serviços Externos	280 652,51	29,63%	
Águas do Alto Minho, S.A	Entidade Relacionada	Fornecimentos e Serviços Externos	40 018,78	4,23%	
	Entidade Relacionada	Subsídios	239 662,07	25,31%	
	Entidade Relacionada	Transferências Capital	46 125,50	4,87%	
Comunidade Intermunicipal do Minho Lma	Entidade Relacionada	Transferências	71 332,21	7,53%	
Fundação da Bienal de Carvelra	Entidade Controlada	Subsídios	170 000,00	17,95%	
Associação Municípios do Vale do Minho	Entidade Relacionada				

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 Desagregação das rubricas de outras contas a receber e a pagar

RUBRICAS	2022
Ativo	
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 497 851,34
Outros devedores diversos	25 979,76
Outras Contas a Receber	2 523 831,10
Passivo	
Pessoal	137,31
Credores por acréscimos de gastos	816 054,13
Cauções	892 701,10
Outros credores	149 963,42
Outras Contas a Pagar	1 858 855,96

23.2 Desagregação da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

Resumo dos valores constantes da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos:

Handwritten signature and name:
 C. F. J. M.
 S. Gueneiro
 Carlos Sepulveda

RUBRICAS	2021	2022
Serviços de transporte	172 260,40	262 215,28
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	497 743,50	608 961,81
Trabalhos especializados	297 627,13	447 335,32
Publicidade, comunicação e imagem	50 144,45	84 631,85
Honorários	33 302,45	28 382,00
Comissões	50 546,45	58 622,10
Conservação e reparação	23 574,33	45 688,60
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 859,29	7 601,47
Material de escritório	1 861,40	3 997,11
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	48 322,77	24 087,13
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	194 464,34	125 578,79
Eletricidade	599 522,13	667 021,65
Combustíveis e lubrificantes	111 162,45	300 168,17
Água	37 205,87	39 603,19
Deslocações e estadas	2 406,84	22 413,56
Transportes de pessoal	82 957,44	81 521,87
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1 283,00	4 828,97
Comunicação	36 133,18	19 424,89
Seguros	38 371,24	40 874,81
Limpeza, higiene e conforto	219,29	35 084,61
Outros serviços	1 449 197,96	1 201 192,59
Total	3 731 165,91	4 109 235,77

23.3 Desagregação das transações intra-grupo

Tipo de Fluxos	Município de P. N. Dourado - (14/02/2016 - 31/12/2016)									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	170 000,00		170 000,00	0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Reações Comerciais					0,00					0,00
Partic. Capital Numerário					0,00					0,00
Partic. Capital Espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
					0,00	170 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Sp. Jhu
Souza
Carlebach

Tipo de Fluxo	Balancete Patrimonial 31/12 - Município de Vila Nova de Cerveira									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00	0,00	170 000,00		170 000,00	0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Reações Comerciais					0,00					0,00
Partic. Capital Numérico					0,00					0,00
Partic. Capital Espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
					0,00	0,00	170 000,00	0,00	170 000,00	0,00

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Vila Nova de Cerveira ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Sp
Souza
Carvalho



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

C

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

À Assembleia Municipal,

- 1- Nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA** referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.
- 2- Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**. Para o efeito, recebeu da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
- 3- No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental consolidada, as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos, exigidos por lei, com vista à Certificação Legal das Contas Consolidadas.

Parecer

- 4- Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA** referentes ao exercício de 2022, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal de Contas Consolidada, chamando especial atenção para os pontos da seção Opinião com Reservas.



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

- 5- Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e aos seus serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Viseu, 07 de junho de 2023


Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 20170010



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 61.952.340 euros e um total de fundos próprios de 53.398.333 euros, incluindo um resultado líquido de 1.222.693 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 1 na seção Bases para opinião com reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**, em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1 – O Município de Vila Nova de Cerveira, no âmbito das suas competências legais de distribuição de energia em “Baixa Tensão” estabeleceu um contrato de concessão com a entidade EDP Distribuição (atual E-Redes). Com a adoção do Sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas a Entidade nos termos da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços – Concedente a Entidade deverá identificar o



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

património afeto à concessão respetiva em contas apropriadas, assim como registar as intervenções de acréscimo na rede que venham a ocorrer em cada período económico subsequente. Considerando que no ano de 2022 termina o período de transição preconizado pela IPSAS 33, que havia sido adotada nos termos da FAQ 48 da Comissão de Normalização Contabilística e considerando que a Entidade não obteve a informação detalhada necessária da concessionária que lhe permitisse efetuar os registos contabilísticos e patrimoniais corretos (conforme divulgado na nota 4 do Anexo), não nos é possível aferir em que medida os ativos fixos tangíveis e as depreciações se encontram subavaliadas e consequentemente, não pudemos quantificar os ajustamentos necessários ao ativo, ao património líquido e aos resultados do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

+ 351 92 66 83 777 margaridacarragoso.roc@gmail.com

Rua do Regão Travesso n.º 6 3505 626 Mundão, Viseu

230 696 333



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental consolidada (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 20.338.572 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 16.683.734 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 1 da seção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a Auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 07 de junho de 2023


Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 20170010